



## EUROPA E SEUS FANTASMAS

Caos trumpista levará ao antigo hábito fratricida de competição.  
Por Fabio Reis Vianna, **página 2**



## PROIBIÇÃO DE CELULAR E A GERAÇÃO ALFA

Modos de equilibrar tecnologia, aprendizado e socialização.  
Por Dado Schneider, **página 2**



## NOVO CAPÍTULO DOS PRECATÓRIOS EM SP

Decreto do governo de São Paulo reduz o deságio e traz mais justiça aos credores.  
Por Gilberto Badaró, **página 4**

## Brics é o novo nome do desenvolvimento, diz Celso Amorim

O Brics é o novo “nome do desenvolvimento”, disse o assessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assuntos internacionais Celso Amorim nesta segunda-feira, destacando sua importância no cenário global, bem como seu papel na promoção do desenvolvimento e da paz.

“O Brics é um grupo de países em desenvolvimento que querem prosperidade, mas também querem paz. E acredito que a principal busca no mundo em que vivemos hoje é a busca pela paz, uma paz que seja dinâmica, que não seja mais uma novidade”, disse Amorim.

Em declarações divulgadas pela Presidência, Amorim lembrou que a nação defende a multipolaridade e a cooperação entre os países do Sul Global desde os primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Nós, digamos, já acreditávamos na multipolaridade, já acreditávamos em um Sul Global, antes que os nomes fossem elaborados e discutidos”, disse ele.

Amorim destacou que a primeira cúpula do Brics, realizada na cidade russa de Ecatimburgo, em 2009, foi fundamental para a consolidação do bloco. O ex-chanceler brasileiro lembrou que naquela época o grupo era formado por Brasil, China, Índia e Rússia, mas em 2011 a África do Sul aderiu.

Atualmente, o bloco conta com 11 membros: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã e Indonésia. Os países associados são Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão.

Amorim disse que o grupo fortaleceu, assim, as relações entre seus membros e com outros países importantes, destacando que o maior conhecimento mútuo entre os países “facilita muito o comércio, que cresceu enormemente com quase todos os países”. Ele considerou que a existência do Brics também ajuda a equilibrar outras associações, além de sua existência também contribuir para o fortalecimento das relações bilaterais entre esses países.

O Brasil exerce, em 2025, a presidência rotativa do bloco. O Rio de Janeiro será a sede do encontro de ministros de Finanças e de presidentes dos Bancos Centrais do Brics em 5 de julho, um dia antes da Cúpula de Líderes.

O encontro da Trilha de Finanças do Brics, copresidido pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central do Brasil, já havia sido confirmado na sexta-feira (21) pela embaixadora Tatiana Rosito.

# Haddad negocia mudanças na legislação para facilitar PPPs

## Ministro admitiu que governo ‘nunca foi muito amigo’

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira, em São Paulo, que o Governo Federal está fechando um texto com o Congresso Nacional para modernizar a legislação atual sobre concessões e parcerias público-privadas (PPPs). Segundo ele, o marco legal de concessões e PPPs no Brasil é satisfatório, mas sofreu mudanças nos últimos 20 anos.

“Tem pequenas brechas que nós podemos melhorar para dar mais garantia tanto para o gestor público quanto para o empresário participar das licitações”, disse o ministro a jornalistas logo após participar, na tarde de hoje, do

evento P3C – PPPs e Concessões: Investimentos em Infraestrutura no Brasil, realizado na sede da B3 (Bolsa de Valores), na capital paulista.

De acordo com o ministro, a iniciativa para a modernização dessa lei foi feita pelo Congresso Nacional, mas a Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda está dando o suporte técnico necessário. A previsão é de que essa lei possa ser aprovada na Câmara dos Deputados ainda no primeiro semestre deste ano, fazendo com que ela se torne, segundo o ministro, “uma legislação mais robusta, mais segura e mais transparente para que haja mais

investimento”.

Durante o evento, que discutiu as concessões e parcerias público-privadas e reuniu diversos empresários, Haddad admitiu que o Governo Federal “nunca foi muito amigo das PPPs” ao longo dos últimos 20 anos. Mas, segundo ele, isso vem mudando e pode melhorar com a modernização da lei atual.

“Se nós fizermos esses retoques na legislação, incentivando investimento e corrigindo as pequenas brechas para dar mais segurança aos investidores e gestores públicos, penso que podemos ter um grande caminho pela frente”, acrescentou.



Ricardo Stuckert/PR

## Lula: indústria naval forte torna Brasil competitivo no comércio internacional

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, nesta segunda-feira, o fortalecimento da indústria naval brasileira, com a utilização de conteúdo local na fabricação de embarcações, enfatizando que “95% do nosso transporte de exportação vai de navio. O Brasil é o maior país da América do Sul. Por que a gente não tem uma indústria naval poderosa? Por que a gente tem que comprar navio da Coreia, de Singapura, da China?”, questionou. “Um país que tem uma bela de uma indústria naval, ele se torna competitivo no comércio internacional”, disse Lula, defendendo a qualificação da mão de obra nacional e investimentos no setor.

O presidente participou da cerimônia de assinatura de contrato da Transpetro, subsidiária da Petrobras, com o consórcio formado pelos estaleiros Rio Grande e Mac Laren, em Rio Grande (RS). O ato visa a aquisição de quatro navios da classe handy, com valor de US\$ 69,5 milhões por embarcação, fruto de licitação lançada em julho de 2024, parte do Programa de Renovação e Ampliação de Frota da Petrobras.

“Eu resolvi recuperar a Petrobras e a indústria naval, porque construir a indústria naval não foi uma tarefa fácil. Vocês sabem que, desde 2002, a gente tem brigado pela indústria naval. Esse país tem 8 mil quilômetros de costa marítima.

Esse país jamais poderia prescindir de uma indústria de cabotagem, jamais. Porque o ideal para um país como o Brasil é o sistema de transporte no qual você usa trem, navio, caminhão”, afirmou Lula. “E o que a Magda [Magda Chambriard, presidente da Petrobras] veio anunciar aqui é apenas o começo”, enfatizou.

Impulsionado pelos recursos priorizados pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM), o setor naval fechou 2024 com R\$ 30,8 bilhões aprovados para mais de 430 novos projetos, incluindo a construção de embarcações, reparos, docagens, modernização de unidades existentes, ampliação de estaleiros e novas infraestruturas portuárias.

## Alerj defende construção integral da ferrovia EF-118

A Frente Parlamentar Pró-Ferrovias Fluminenses, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), enviará ao Ministério dos Transportes um documento enfatizando a importância da construção integral da Ferrovia Vitória-Rio (EF-118), que conectará Espírito Santo e Rio de Janeiro, formando o Anel Ferroviário do Sudeste. A medida foi anunciada pelo coordenador da Frente, deputado Luiz Paulo (PSD), nesta segunda-feira, durante reunião na sede da Alerj.

A obra prevê 2 trechos – Sul (Baixada Fluminense ao Porto do Açu, ambos no Rio) e Norte (Porto do Açu a Anchieta, no Espírito Santo). No início do ano, o Governo Federal anunciou um investimento de R\$ 3,28 bilhões na ferrovia. No entanto, o valor será destinado apenas à construção do primeiro trecho, previsto para começar até o fim deste ano. O trecho Norte favorece apenas a exportação de minério sem agregar valor econômico no Rio.

“O que nos causou surpresa foi que, além do contrato desse processo licitatório estar previsto para ser assinado apenas no final de 2026, com a obra estimada para durar oito anos, o projeto não inclui o trecho Sul da ferrovia, que liga o Porto do Açu a Nova Iguaçu. Esse trecho é essencial para o desenvolvimento do Estado do Rio”, lamenta o deputado Luiz Paulo.

A EF-118 terá 495 quilômetros de extensão e ampliará a capacidade portuária.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7379
Dólar Turismo	R\$ 5,9490
Euro	R\$ 6,0109
Iuan	R\$ 0,7973
Ouro (gr)	R\$ 550,88

### ÍNDICES

IGP-M	0,27% (janeiro)
	0,94% (dezembro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

# Caos trumpista joga Europa no colo de seus fantasmas históricos

Por Fabio Reis Vianna

“Estou indo a Paris com uma mensagem muito clara para nossos amigos europeus: precisamos mostrar que levamos nossa defesa a sério e que estamos prontos para assumir nossa parte do ônus. Falamos sobre isso por tempo demais – e o presidente Trump está certo ao exigir que tomemos providências”, pronunciou-se em tom resignado o primeiro-ministro britânico Keir Starmer, no dia 16 de fevereiro.

A guerra na Ucrânia acabou, ou melhor, a Ucrânia acabou – daqui para frente seu território será permanentemente uma zona de fricção entre as forças militares europeias e a Rússia. Um país retalhado em áreas de influência e futura cabeça de ponte de um eventual avanço da guerra em direção ao leste europeu.

O discurso do vice-presidente dos EUA proferido na Conferência de Munique dá a pista do significado desta nova e confusa realidade, quando reafirma a intenção estratégica de destruir a ordem internacional instituída no pós-guerra, algo que também interessa à Rússia e terá como efeito colateral a quebra da estabilidade europeia. Ao reforçar o apoio aos movimentos de extrema-direita da UE, J D

Vance, para além de esperar aliados submissos, busca implodir a arquitetura de paz do Velho Continente por dentro.

Como resposta a isso, a Europa prontamente sugere aprofundar o apoio militar à Ucrânia, a despeito do recuo americano. Na verdade, trata-se de uma estratégia de sobrevivência dentro de uma lógica secular eminentemente europeia, e que somente pode ser concebida conhecendo a lógica do jogo das guerras e do expansionismo sistêmico interestatal.

Eis o paradoxo do velho jogo das guerras se confirmando: o acordo unilateral imposto por Trump levará a Europa a uma escalada armamentista, o que tornará o território ucraniano inexoravelmente em um permanente campo de teste das novas tecnologias bélicas que serão desenvolvidas por potências como França, Alemanha e Reino Unido.

Portanto, a guerra na Ucrânia não se encerra neste acordo, na medida em que a Europa será instada a se remilitarizar, tendo França, Reino Unido e Alemanha como cabeças de ponte deste processo. Na tradição de longa duração do jogo das guerras inventado pelos próprios europeus a partir do século 13, a “paz perpétua” no Velho Continente se mantém até que algum dos competidores resolva interromper a “trégua”

atacando e incorporando o território de outrem, mantendo assim a eterna espiral de um sistema interestatal que continuará existindo em sua dinâmica expansionista, competitiva, hierárquica e bélica.

A guerra em território ucraniano é uma guerra de características globais e hegemônicas – ela não encerra em si mesma. Só é possível compreender e analisar o cenário, portanto, à luz de uma perspectiva estrutural de longa duração, onde a Europa sempre foi o primeiro e mais sangrento estágio das guerras mundiais.

Nesta perspectiva, seria inócua qualquer discussão sobre quem tem razão nesta contenda – ninguém em si consciência questionaria que o avanço da Otan em direção às bordas da Rússia motivou a invasão; o que analistas comprometidos com a realidade dos fatos deveriam procurar investigar são as camadas mais profundas e estruturais do que esta guerra representa enquanto ruptura da dinâmica interestatal que o mundo vivenciou desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Qualquer acordo que se fizesse a respeito da Ucrânia manteria latente o ambiente de guerra na Europa, pois abriu-se a caixa de pandora da remilitarização de um continente que há décadas vivia sob a égide da “paz perpétua”. Se levarmos em

consideração a história, não há como voltar atrás.

Neste momento, a nova estratégia de segurança dos Estados Unidos busca reordenar suas prioridades em direção à contenção da China, deixando a Europa sozinha para enfrentar seus próprios fantasmas históricos – a extrema-direita e a guerra. Fantasmas estes que estão mais vivos do que nunca.

Ao atacar abertamente o presidente ucraniano Zelensky, Trump joga às favas todos os escrúpulos de consciência ao endossar o ímpeto russo de subverter todas as regras que tutelavam a ordem internacional instituída no pós-Segunda Guerra. Endosso que interessa a setores do establishment estadunidense, que veem na instauração do caos sistêmico global a única saída para que o poder americano se reabilite através do unilateralismo.

Trata-se, portanto, de uma aliança de conveniência com a Rússia, na medida em que instiga a divisão no seio da entente sino-russa, bem como de todo o chamado Sul Global. Isto é perceptível também na própria presença do PM indiano Modi em Washington [semana retrasada]. Rússia e Índia cumprem assim um papel quase involuntário nos planos estratégicos de longo prazo de Washington em enfraquecer a liderança global chinesa.

No caso específico da

Rússia, esta ainda cumpre o papel de agente desestabilizador do próprio projeto europeu, que agora se vê imerso na lógica entrópica do velho jogo das guerras secular, que nesta nova dinâmica estratégica de expansão do poder americano, interessa a Washington. Jogar a Europa contra a Rússia, mesmo que sem dizer abertamente que o objetivo é este, no longo prazo enfraquece a Europa, mas também a própria Rússia – eis a fórmula mágica para deixar a China sozinha e cercada pelo assédio americano no Indo-Pacífico e Mar do Sul da China.

Enquanto isso, navios de guerra chineses navegam a menos de 150 milhas náuticas de Sydney, na Austrália, em manobra “sem precedentes” que, segundo matéria do *Financial Times*, “ocorre enquanto Pequim projeta poder cada vez mais longe no Pacífico” – os chineses já sabem que são o verdadeiro e único alvo de Washington neste momento.

Sob o signo do trumpismo, a nova estratégia de projeção do poder americano se parece um tanto similar ao que Kissinger propôs nos anos 70 para se aproximar da China e isolar a União Soviética, afastando assim os dois gigantes comunistas um do outro.

Mesmo que de fato existam similaridades, a nova estratégia dos Estados Unidos é carregada de nuances

que diferenciam uma da outra, na medida em que a estratégia atual é absolutamente unilateral e dispensa a manutenção do arcabouço de segurança da Europa instituído pela Otan.

Neste momento distópico e sem precedentes, o realismo político engole a Europa, trazendo consigo a velha máxima de que no final das contas quem dá as cartas no Velho Continente são os Estados-nacionais expansionistas, com suas fronteiras e suas próprias Forças Armadas – não por acaso, a França aproveita o vácuo de poder para se recolocar no jogo interestatal como líder de um processo de reafirmação do poder militar europeu.

Falta, no entanto, combinar com ingleses e alemães, que também se movimentam no tabuleiro para ocupar este mesmo espaço de liderança.

Se nada correr bem, como tudo leva a crer, e a estratégia de expansão caótica de Trump der certo, em algum momento os europeus caminharão para o antigo hábito fratricida de competição e desconfiança recíproca que ao longo da história direcionou o Velho Continente para a própria destruição.

Fabio Reis Vianna

é mestre em Relações Internacionais e Estudos Europeus pela Universidade de Évora em Portugal, analista político internacional e professor.

# Como proibição dos celulares nas escolas impacta Geração Alfa?

Por Dado Schneider

Nos últimos meses, a discussão sobre a proibição do uso de celulares nas escolas tem ganhado força, gerando debates acalorados entre educadores, pais e especialistas. A medida visa reduzir distrações e melhorar a atenção dos alunos, mas também levanta questões sobre os impactos no aprendizado e na socialização, especialmente para a Geração Alfa – a primeira

completamente nativa digital e hiperconectada.

A Geração Alfa, composta por crianças nascidas a partir de 2010, cresceu imersa na tecnologia. Desde cedo, tem acesso a smartphones, tablets e assistentes virtuais, o que influencia diretamente sua forma de aprender e interagir com o mundo. Para esses estudantes, a proibição do celular no ambiente escolar pode representar uma ruptura com sua realidade cotidiana, tornando o aprendizado menos dinâmico

e interativo.

A adoção de políticas sobre o uso de celulares nas escolas deve vir acompanhada de estratégias que promovam um ambiente educacional mais produtivo. “O celular não é apenas uma ferramenta de distração; ele pode ser um poderoso aliado no aprendizado, desde que seu uso seja bem orientado.”

Estudos mostram que a tecnologia pode aumentar o engajamento e facilitar a compreensão de conceitos. Aplicativos educativos,

plataformas interativas e o acesso rápido a informações são alguns dos benefícios que podem complementar o ensino. O desafio está em equilibrar regras claras com práticas que aproveitem o potencial da tecnologia para a educação e não corrigir um excesso com outro, ou seja, o uso desproporcional ou a proibição total.

Outra preocupação levantada é o impacto na socialização dos estudantes. Se, por um lado, o uso excessivo de telas pode prejudicar interações presenciais,

por outro, os celulares também servem como meio de conexão e expressão entre os jovens. O desafio é ensinar o uso equilibrado e produtivo, e não apenas impor restrições. “Os pais precisam se disciplinar quanto ao uso de celular na frente das crianças, pois elas fazem o que eles fazem. Por isso, com que autoridade passam a restringir o uso de celular por parte de seus filhos se eles mesmos não se controlam?”

Diante desse cenário, a proibição dos celulares

nas escolas deve ser analisada com cautela. Em vez de uma medida radical, o caminho pode estar na educação digital, capacitando alunos, professores e pais para um uso mais consciente e eficaz da tecnologia. As escolas têm o desafio de equilibrar disciplina, aprendizado e inovação, garantindo que as novas gerações estejam preparadas para um futuro cada vez mais digital.

Dado Schneider

é palestrante, doutor em Comunicação pela PUC/RS e pesquisador.

# Monitor Mercantil



**Diretor Responsável**  
Marcos Costa de Oliveira

**Conselho Editorial**  
Adhemar Mineiro  
José Carlos de Assis  
Maurício Dias David  
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

**Serviços noticiosos:**  
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912  
monitormercantil.com.br  
twitter.com/sigaomonitor  
redacao@monitormercantil.com.br  
publicidade@monitor.inf.br  
monitorsp@monitor.inf.br

**Assinatura**  
Mensal: R\$ 180,00  
Plano anual: 12 x R\$ 40,00  
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



**Monitor Mercantil S/A**  
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3849-6444

**Monitor Editora e Gráfica Ltda.**  
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001  
São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: + 55 11 3165-6192



## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## Centrais explicam a Lula o que são empreendedores

Semana passada, esta coluna abordou a falsa visão sobre empreendedorismo, dissecando números que revelam a ilusão do “motorista de Uber empreendedor”. Na sexta-feira (21), em cerimônia no Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, o presidente Lula embarcou nesta ilusão. Apesar de ressaltar que o Brasil precisa do emprego com carteira assinada, disse que “nem todo mundo hoje quer assinar a carteira. Tem gente que quer ser empreendedor. As pessoas não querem ficar numa fábrica das 6h da manhã às 8h da noite (...) Muitas vezes, prefere trabalhar por conta própria, quer trabalhar meio dia para ser mais livre.”

Lula acabou levando uma invertida das centrais sindicais Força, UGT, CTB, CSB e NCST. Em nota que a CUT não assina, as entidades destacam que é “falsa a ideia de que o trabalho registrado é sinônimo de trabalho degradante em fábricas. Engenheiros, médicos, professores, jornalistas, profissionais do setor administrativo, comerciários, bancários, programadores, cuidadores, entre outros, também têm empregos com carteira assinada. A legislação trabalhista é abrangente e regulamenta os mais diversos setores da economia”.

As centrais ensinam: “Jornadas de 14 horas [por dia] remetem ao passado, ao processo de industrialização do país. A luta sindical conquistou a jornada de 44 horas semanais.” E pisam na ferida: “Entregadores e motoristas de aplicativos têm sido erroneamente considerados empreendedores que trabalham por conta própria. Essa ideia é ilusória. Esses trabalhadores estão submetidos a empresas bilionárias, como iFood e Uber”. São os uberizados “que trabalham ‘das 6h da manhã às 8h da noite’, em condições piores do que as enfrentadas pelos trabalhadores sindicalizados, sem organização e sem direitos garantidos.”

As centrais finalizam defendendo a industrialização, educação, pesquisa e tecnologia e que o governo, “pelo qual lutamos para eleger e que apoiamos”, incentive a geração de empregos decentes, com direitos garantidos e possibilidade de mobilidade e ascensão profissional.

Não esqueceram de dizer que é fundamental também “reduzir a taxa de juros que, quando permanece alta, prejudica o investimento das empresas, retraí o consumo e leva ao desemprego, causando insegurança em toda a sociedade”.

## Feijoada dos Embaixadores

Em promoção conjunta do hotel Fairmont Copacabana e da Associação dos Embaixadores de Turismo do RJ, o Tropic Beach Club recebe foliões para feijoada na Segunda-feira de Carnaval (3), das 14h às 19h. O evento tem como convite uma camiseta com quadro do pintor francês, apaixonado pelo Rio, Philippe Seigle.

## Rápidas

O Instituto de Psicologia Prof. Jorge Trindade, com o apoio institucional do Iargs, realizará o “Seminário Direito e Psicanálise”, em 2 modalidades: presencial e online. As aulas presenciais ocorrerão a cada 15 dias, de 17 de março a 9 de junho, sempre às segundas-feiras, às 19h. Na modalidade online, o seminário será disponibilizado quinzenalmente, a partir de 24 de março. Inscrições e mais informações no WhatsApp (51) 99914-8044 \*\*\* A medalhista e bicampeã olímpica Rebeca Andrade está confirmando como palestrante na Convenção das Américas, evento que integra a programação da 35ª edição da SRE Super Rio Expofood, entre 18 e 20 de março, no Riocentro (RJ).

# Previdência complementar: regras para portabilidade entre planos

## É obrigatório seguir normativo conjunto de Susep, Receita e Previc

A Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Secretaria Especial da Receita Federal (RFB) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) estabeleceram de comum acordo os procedimentos relativos à portabilidade de recursos e à transferência de participantes e respectivas reservas de planos de benefícios de caráter previdenciário.

A portabilidade de planos de previdência complementar permite transferir o saldo acumulado para outro plano. Pode ser feita entre a mesma instituição financeira ou entre instituições diferentes. As regras foram fixadas pela Instrução Normativa Conjunta RFB/Previc/Susep nº 01/2025 e devem ser adotadas pela entidade de origem no momento da disponibilização, para a entidade de destino, das informações referentes aos prazos de acumulação no plano originário.

A portabilidade pode ser feita entre entidades abertas e fechadas, ou entre insti-

tuições da mesma espécie. Antes a informação era prestada somente nos casos em que o participante havia optado pelo regime regressivo, pela questão tributária envolvida. “Como agora, a opção pelo regime de tributação ocorre somente quando é feito o requerimento do benefício ou do resgate, tornou-se necessário que as informações sejam prestadas em todos os casos de portabilidade”.

De acordo com a Susep, a mudança legislativa (Lei nº 14.803, de 2024) teve por objetivo alterar o momento da opção pelo regime de tributação (regressivo ou progressivo). Se antes a opção era feita logo após a inscrição no plano de benefícios, agora a opção do participante é apenas quando este requerer o benefício ou o resgate dos saldos acumulados. “Considerando que a relação previdenciária é de longo prazo, o momento da opção pelo regime de tributação se dará, em regra, muitos anos depois do início do contrato”.

Alessandro Octaviani, Superintendente da Susep, destacou que “a IN é o resultado conjunto dos trabalhos realizados pela Susep, Previc e Receita Federal, no sentido de deixar claro, para entidades de previdência e participantes, os procedimentos a serem seguidos nos casos de portabilidade dos planos de previdência complementar.”

### Tipos de previdência

A previdência privada é um produto financeiro criado para complementar a aposentadoria do trabalhador. É uma renda adicional à previdência pública (do INSS).

Ela funciona como um investimento em que o titular contribui mensalmente com um valor investido em um fundo de previdência. Ao se aposentar, os recursos acumulados ao longo dos anos são devolvidos devidamente corrigidos.

Existem dois tipos de previdência privada: PGBL (Plano Gerador de Bene-

fício Livre) - no PGBL, as contribuições são dedutíveis do Imposto de Renda (IR) até o limite de 12% da renda bruta anual. No momento do resgate, o valor recebido é tributado sobre o valor total investido e rendido; e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) - no VGBL, as contribuições não são dedutíveis do IR. No momento do resgate, o valor recebido é tributado de acordo com os rendimentos. Ele é muito usado por quem não declara o Imposto de Renda ou faz a declaração simplificada.

Em relação ao formato de contratação, existem os planos de previdência aberta, que são oferecidos por instituições financeiras, como bancos e seguradoras. Eles são acessíveis a qualquer pessoa interessada em investir nesse tipo de previdência. Os planos de previdência fechada são geralmente vinculados a empresas ou associações profissionais, sendo restritos a seus colaboradores ou membros.

## Setor de private equity ajuda a impulsionar a descarbonização

A edição de 2024 do relatório anual Sustainability in Private Equity, do Boston Consulting Group (BCG), revela que a responsabilidade ambiental e social está se tornando uma força motriz para a criação de valor no setor de private equity (PE), que significa capital privado. O PE é uma modalidade de investimento em empresas que não estão listadas na bolsa de valores. O Boston Consulting Group atua em parceria com lideranças empresariais e sociais para ajudá-las a enfrentar seus desafios mais importantes e capturar as melhores oportunidades.

Elaborado por meio do ESG Data Convergence Initiative (EDCI) com base na análise de 6,2 mil empresas privadas geridas por mais de 260 private equity

(PE) de 77 países e 76 áreas, o estudo aponta que 85% dos Limited Partners (LPs) – cotistas dos fundos de PE – pretendem intensificar a priorização da sustentabilidade nos próximos três anos, 98% afirmam que abandonariam um investimento se o gestor não demonstrasse compromisso adequado com essa causa e 40% dos LPs possuem investimentos climáticos em seus portfólios.

De acordo com a pesquisa, essa pressão tem levado 50% dos General Partners (GPs) – administradores dos fundos de PE – a considerarem a sustentabilidade fundamental para suas organizações, contudo 75% deles dedicam menos de três funcionários em tempo integral para esse segmento.

“Com um total de US\$ 8,7 trilhões em ativos

sob gestão, o setor de PE representa uma parte substancial da economia global, gerando uma influência significativa sobre os esforços de suas empresas de portfólio para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e criar valor ao mesmo tempo”, afirma Paulo Mattosinho, diretor executivo e sócio do BCG.

### Próximos passos

O BCG ressalta a necessidade de avanços significativos em outras áreas-chave, como diversidade de gênero nos conselhos administrativos. Embora 77% das empresas de portfólio tenham pelo menos uma mulher na alta administração, apenas 61% possuem representação feminina em seus conselhos, uma diferença signi-

ficativa em relação aos 89% observados em empresas públicas.

O relatório assinala que os desafios continuam. Apenas 22% das empresas de portfólio tendo implementado uma estratégia, 20% possuindo uma meta de redução de emissões de cinco a dez anos e 11% apresentando compromisso de net zero a longo prazo.

“Para muitas companhias, a sustentabilidade se tornou uma alavanca comprovada para a criação de valor, seja por meio da redução de custos operacionais, menores riscos ou oportunidades de receita relacionadas à área verde. Embora o progresso seja evidente, ainda há muito trabalho a ser feito. Este é um processo contínuo de aprendizado e adaptação”, complementa Mattosinho.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

## SEU DIREITO

# Menos deságio mais justiça: novo capítulo dos precatórios em SP

Por **Gilberto Badaró**

O recente Decreto 69.325, publicado pelo Governo do Estado de São Paulo, estabeleceu novos percentuais de deságio para o pagamento de precatórios. A medida visa acelerar a quitação das dívidas do Estado com os credores, oferecendo uma alternativa de pagamento antecipado com desconto. De acordo com a nova regulamentação, os percentuais de deságio foram reduzidos de forma significativa em relação ao teto previsto na Constituição Federal, promovendo maior justiça para os credores prioritários e aqueles com precatórios mais antigos.

Antes da publicação do decreto, os credores que optavam pela antecipação do pagamento tinham que aceitar descontos que chegavam a 40% do valor devido. Agora, os percentuais variam conforme a antiguidade dos precatórios e o perfil dos credores, proporcionando um tratamento diferenciado. De acordo com a nova regra, os precatórios com vencimento até 2015 terão um deságio de até 20%, enquanto aqueles que venceram em 2016 e 2017 terão deságio de 25%. Para precatórios de 2018 e 2019, o desconto será de 30%, e, para os vencidos entre 2020 e 2021, o deságio chega a 35%. Ademais, para os precatórios cujos vencimentos forem a partir de 2022, o deságio será o teto estabelecido pela Constituição Federal, correspondente a 40%.

A redução do deságio para credores mais antigos é um passo relevante para garantir maior equidade. O decreto estabelece uma forma de tratar com mais justiça aqueles que estão na fila há mais tempo. A redução do deságio para quem tem precatórios mais antigos, como os de 2015 ou antes, é um avanço importante para tornar o processo mais igualitário. Além disso, credores com mais de 60 anos ou que sejam portadores de doenças graves também farão jus a um deságio de apenas 20%, independentemente do ano de vencimento de seu precatório.

O texto do decreto, no caput do artigo 5º, oferece ao credor de precatório a possibilidade de aderir ao acordo apenas em relação a uma parte do valor a ser recebido do Estado de São Paulo. Assim, por exemplo, um credor que tenha a receber do Estado um precatório de 2 milhões de reais poderá propor adesão ao acordo no montante de 500 mil reais. O valor restante, de 1,5 milhão de reais, permanecerá na ordem cronológica, com o objetivo de ser recebido integralmente, sem aplicação de deságio.

Não obstante, a adesão ao acordo não é obrigatória, mas pode ser vantajosa para muitos credores. O pagamento antecipado não ocorre de forma imediata, ou seja, à vista, mas ainda assim representa uma alternativa mais rápida do que esperar a quitação dos precatórios pela ordem cronológica. De acordo com a legislação vigente, essa quitação deverá ocorrer até 2029. Contudo, a depender de possíveis alterações legislativas, há uma grande possibilidade de esse prazo ser estendido por muito mais tempo.

A efetivação do pagamento para os aderentes ao acordo deverá ocorrer em um prazo de um a três anos. É uma opção interessante para quem deseja evitar a longa espera e aproveitar o deságio reduzido. Vale ressaltar que metade desse orçamento será destinada ao pagamento de precatórios nesses acordos, enquanto a outra metade seguirá a fila cronológica para casos prioritários.

É justo que os percentuais de deságio sejam menores para aqueles que estão na fila desde 2012, ou mesmo antes, em comparação aos credores que possuem precatórios emitidos recentemente. O Estado de São Paulo, atualmente com um atraso de aproximadamente 15 anos no pagamento de precatórios, está promovendo mais justiça com essa nova regulamentação. Reduzir o deságio para quem está esperando há mais tempo é uma forma de tratar essas pessoas com mais dignidade. O Estado merece reconhecimento por esse passo, que poderia servir de exemplo para outras unidades federativas.

Por fim, a medida reflete o compromisso do Governo de São Paulo em equilibrar as contas e trazer soluções mais justas para os credores de precatórios. A possibilidade de adesão aos acordos, com percentuais diferenciados de deságio, representa um avanço significativo na gestão das dívidas estaduais, promovendo maior previsibilidade e justiça no pagamento.

*Gilberto Badaró é advogado especialista em precatórios sócio do Badaró Almeida & Advogados Associados.*

# Vendas de ar-condicionado devem ter alta de 20%

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) projeta um crescimento de, pelo menos, 20% nas vendas de aparelhos de ar condicionado, em compasso com a produção dos equipamentos, que, segundo a Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava) deve crescer 15% só neste ano.

No curto prazo, esse aumento na demanda, acima do da produção, pode resultar em elevação dos preços, que também pode impactar a procura e preços dos ares-condicionados. No entanto, a alta dos juros, o endividamento das famílias e a desaceleração econômica devem limitar um crescimento expressivo de vendas de ar-condicionado.

Segundo o economista da ACSP, Ulisses Ruiz de Gamboa, no curto prazo, se a oferta desses produtos (ar-condicionados, ventiladores e climatizadores) não acompanhar o ritmo da demanda, os preços podem subir, gerando um impacto sazonal que reforça a alta do IPCA.

Ele também destaca um possível reflexo no custo da eletricidade. “Com o aumento expressivo no uso de aparelhos de refrigeração, a

demanda por energia elétrica pode subir significativamente. Caso a oferta de geração não acompanhe esse crescimento, podemos ter reajustes no preço da energia, o que pressionaria ainda mais a inflação”, completa o economista.

Esses aumentos na procura dos aparelhos estão relacionados, direta ou indiretamente, à onda de calor, ou seja, a um choque climático que pode, sim, interferir na produção agrícola e impactar a inflação, especialmente no setor de alimentação e bebidas.

“Essa onda extrema de calor pode afetar principalmente frutas, hortaliças e outros alimentos básicos. Como esses produtos têm um peso significativo no IPCA, a menor oferta pode pressionar ainda mais os preços, que já vinham subindo devido a eventos climáticos anteriores, como o excesso de chuvas. Com a intensificação da queda na produção e o aumento da demanda, podemos observar novos reajustes nos preços dos alimentos”.

Além disso, dados do Linx Impulse mostram que a busca por ventiladores, ares-condicionado e climatizadores aumentou 125% entre fevereiro de 2024 e

fevereiro de 2025. O termo “ar-condicionado” se destacou, registrando um crescimento expressivo de 243% nas buscas no mesmo período.

Segundo Cláudio Alves, diretor de Enterprise da Linx, esse aumento está diretamente relacionado às temperaturas extremas registradas recentemente. “O Brasil tem batido recordes de calor, e o consumidor tem se antecipado para garantir conforto térmico. Com isso, a demanda não só cresce, como se concentra em períodos críticos, exigindo um planejamento eficiente do varejo para evitar rupturas de estoque”, explica.

O calor intenso e prolongado traz um desafio para o planejamento das distribuidoras de energia, que veem a demanda crescer, podendo gerar sobrecarga e superaquecimento em equipamentos como transformadores, subestações e cabos elétricos, o que reduz a sua eficiência e pode causar interrupções, segundo alerta a Climatempo.

Um novo recorde na demanda média de carga no Sudeste/Centro-Oeste foi registrado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na última segunda-feira, de 54.599 MW-

med. Em menos de 30 dias, esta é a segunda vez que houve registro de recorde de demanda média, superando em 1,1% os 53.997 MW med de 22 de janeiro.

Em nível nacional, o ONS registrou no último dia 12 de fevereiro, mais uma quebra de recorde na demanda de carga instantânea no Sistema Interligado Nacional (SIN), que alcançou a marca de 103.785 MW. Foi o terceiro recorde do ano, superando os patamares aferidos em 11 de fevereiro (103.335 MW) e 22 de janeiro (102.810 MW).

Uma onda de calor ocorre quando as temperaturas ficam ao menos 5°C acima da média durante cinco dias consecutivos. Nos últimos anos, essas ondas têm sido cada vez mais frequentes e intensas devido às mudanças climáticas, e fenômenos naturais como o El Niño, também favorecem a ocorrência de ondas de calor.

Ainda de acordo com a Climatempo, faltando pouco mais de um mês para o fim do verão, a tendência é a que o período de chuva retorne amenizando o calor mais forte a partir do dia 24. Mas, ainda poderá ter alguns novos episódios de onda de calor até o fim do verão.

# Carnaval: cerca de 1.700 veículos devem cruzar a Ponte Rio-Niterói

Entre os dias 26 (quarta) e 10 de março (segunda), a concessionária Ecoponte, que administra a Ponte Rio-Niterói, prevê um fluxo de mais de um milhão e 700 mil veículos, com espera do maior volume nos dias 26 (quarta), 27 (quinta) e 28 (sexta), entre 5h e 6h da manhã e das 14h às 18h, em todas as datas.

Já para o retorno, a expectativa de trânsito intenso na via fica para os dias 6 (quinta), 7 (sexta) e 10 (segunda), quando mais de 140 mil veículos serão esperados diariamente.

Já segundo a Rodoviária do Rio, entre os dias 27 de fevereiro e 10 de março, o terminal deve movimentar 500.404 viajantes entre embarques e desembarques. O número deve representar um aumento de 1,5% nas viagens de ônibus pela rodoviária em relação ao Carnaval de 2024. O dia com maior número de viagens será a próxima sexta-feira, com 32.867 embarques e 33.495 desembarques. Para atender esta demanda, as 39 empresas de ônibus que operam no terminal disponibilizaram uma frota de 16.485 veículos, incluindo 4.244 ônibus extras. Para

incentivar as vendas antecipadas e oferecer maior comodidade a concessionária lançou uma promoção especial: 10% de desconto em todas as passagens adquiridas no site oficial até o dia 10 de março, utilizando o cupom Rio Folia.

“O Carnaval é um período importante para a cidade do Rio de Janeiro se destacar ainda mais como um dos maiores destinos turísticos do país. Este evento, que atrai milhões de visitantes, contribui significativamente para a economia local e impulsiona o turismo de forma expressiva. Estamos otimistas para receber mais de meio milhão de passageiros durante esse período, com uma infraestrutura e um atendimento dedicados à garantir o melhor receptivo de turistas que chegam de diversas regiões do Brasil. A Rodoviária do Rio está preparada para receber os passageiros com conforto, segurança e agilidade aos passageiros, reforçando a relevância desse modal para o sucesso da festa e o fortalecimento da cadeia turística da cidade”, destaca Roberta Faria, diretora geral da Rodoviária do Rio. Os principais destinos procurados por quem vai

usar o ônibus para deixar o Rio nesse período são as cidades da Costa do Sol, Costa Verde, Serra Fluminense e interior do estado, além de cidades de São Paulo e Minas Gerais. O desembarque de turistas também será grande, com um fluxo de 250.606 passageiros vindos principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo para passar o Carnaval no Rio de Janeiro. O número de viajantes chegando é maior do que o volume de quem sai da cidade.

Já pesquisa realizada pela Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj) revelou que, para 49,7% dos moradores da cidade, neste Carnaval, as refeições principais serão realizadas em casa, por conta do custo elevado de comer na rua. Outros 39,3% dos pesquisados devem optar por fazer parte da alimentação em casa e outra com lanches rápidos na rua. Apenas 11% afirmaram preferir comer na rua.

O levantamento mostrou que, além de se alimentar em casa, os 42,8% dos foliões querem fazer refeições mais leves, como salada e alguma proteína. Para 36,5%, o churrasco com carne, frango e linguça será

a opção principal. Cerca de 13,5% vão optar pela praticidade, com alimentos congelados e de fácil preparo. A feijoada só deve entrar no cardápio de 8,2% dos cariocas.

Quando o assunto é a bebida alcoólica, a cerveja é a escolha principal de 59,4% dos pesquisados. Seguido pelas bebidas destiladas (vodca, cachaça, entre outras) com 25,5%. Vinhos e espumante só entrarão nas compras de 15,1% dos foliões neste Carnaval. Quando questionados sobre quais bebidas não alcoólicas são a preferência da família, a liderança ficou com os refrigerantes (37,7%), seguido pela água (34,3%) e pelos sucos (28%).

Sobre a ida aos supermercados, para abastecer a despensa e se preparar para a folia, os cariocas estão divididos. Para 50,6% dos entrevistados, a visita ao supermercado deve ocorrer mais em cima da hora. Outros 49,4% já planejaram previamente suas compras de Carnaval.

Para Fábio Queiróz, presidente da Asserj, o Carnaval deste ano mostra que os cariocas estão atentos e que devem economizar realizando mais refeições em casa.

**ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.**  
CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4  
Companhia Fechada

**Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a realizar-se no dia 03 de março de 2025, às 08h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé nº 34, 5º ao 12º andar, Bairro Saúde, CEP 20.220-460, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) distribuição de dividendos pela Companhia; e (ii) a autorização para que a administração tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações tomadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

**ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.**  
Anderson Luis De Alvarenga Nascimento – Presidente

# Banco do Brasil (BBAS3): resultado do 4T24, provisão e estabilidade

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 4T24 do Banco do Brasil (BB) com Malek Zein, analista de ações da Elevation Financial.

## Qual a sua avaliação sobre o resultado do 4T24 e de 2024 do BB?

O BB teve um bom resultado em 2024, que ficou dentro do guidance estipulado, ainda que o lucro tenha ficado um pouco mais próximo da banda inferior, principalmente por conta de uma forte formação de inadimplência no agronegócio.

Com relação ao 4T24, ele foi melhor do que o esperado pelo mercado em termos de receita e de lucro. O ponto é que o lucro do banco foi influenciado, em grande parte, por uma redução de provisão. Inclusive, como o BB quase consumiu toda a sua provisão complementar, ele vai precisar recompor esse índice. Isso porque quando um banco provisiona menos, é como se ele estivesse antecipando um lucro que vai acontecer mais a frente.

Além da recomposição dessa provisão complementar, que coloca uma perspectiva de crescimento menor, o BB precisa reduzir os seus índices de capital, já que o banco aumentou, em algum aspecto, o risco do seu balanço, especialmente em relação ao Índice de Basileia e ao índice de capital nível I.

## Na sua opinião, onde o BB poderia render mais como banco?

Essa é uma pergunta difícil. Isso porque o BB é muito redondo, possui uma carteira de crédito muito diversificada em todos os setores da economia, sobretudo no agro, e tem uma grande participação de receita de serviços. Se olharmos a rentabilidade, o BB é o segundo melhor banco do país, perdendo apenas para



Malek Zein

o Itaú.

## O aumento da Selic favorece, atrapalha ou é indiferente a um banco como o BB?

Na nossa avaliação, o aumento da Selic favorece no início, mas desfavorece no final, o que faz com que o impacto seja praticamente neutro no fim do dia. Isso porque, em um primeiro momento, a alta de juros tem pouco efeito na inadimplência do banco, mas gera um aumento de receita, já que, em geral, os spreads aumentam. A questão é que no fim do ciclo, quando os juros começarem a cair, haverá o movimento inverso, com redução das receitas e aumento de inadimplência, que vem atrasada.

Como os juros começaram a subir no final de 2024, a inadimplência, provavelmente, vai começar a subir da metade deste ano para o final, mas nós ainda estamos passando por um momento que deve contribuir para os resultados do banco.

## Qual a sua avaliação sobre os dividendos pagos pelo BB?

O BB paga um nível muito bom de dividendos. Digamos de passagem, em 2024 ele aumentou o payout de dividendos de 40% para

45%, e mesmo com esse aumento ele consegue reinvestir para crescer. Por exemplo, se o BB mantiver um ROAE (Return on Average Equity) de 18% e reinvestir 50% do lucro, ele consegue crescer 9% ao ano, o que é muito bom, e remunerar muito bem os seus acionistas.

## Qual a sua avaliação sobre o guidance do BB para 2025?

O guidance do BB reflete bem a necessidade de repor capital. Isso porque ele indica um crescimento da carteira de crédito levemente acima da inflação, mas com o lucro crescendo menos que a carteira, justamente porque ele precisa repor as provisões para criar um colchão de segurança para o balanço e repor os índices de Basileia e de capital nível I. O guidance de 2025 cria a expectativa de que o banco não vai crescer tanto o lucro e de que vai repor as provisões.

## Qual a sua avaliação sobre as perspectivas do BB para 2025?

Apesar da formação de inadimplência consolidada ter caído no 4T24, com ela podendo ficar estável ou cair, nós vamos ver um aumento das provisões, que é o número que aparece no

DRE (Demonstrativo de Resultado do Exercício). Em 2024, a provisão realizada pelo BB foi de R\$ 35,7 bilhões (banda de R\$ 34 bilhões a R\$ 37 bilhões), mas o centro da banda para 2025 é de R\$ 40 bilhões (de R\$ 38 bilhões a R\$ 42 bilhões). Isso vai atrapalhar o crescimento do lucro, mas vai gerar um colchão de liquidez para o banco e repor a sua provisão complementar.

Inclusive, o BB deve reduzir os dividendos, já que os conselheiros colocaram que o payout deve ficar entre 40% e 45%, sendo que nós acreditamos que ele vai ficar mais perto de 40%. Mesmo com essa redução, o banco vai trabalhar um bom patamar de lucro, com o centro da banda do guidance indicando R\$ 39 bilhões (de R\$ 37 bilhões a R\$ 41 bilhões).

Com a construção desse colchão de liquidez, o BB vai pavimentar um caminho para crescer ao longo de 2026 e 2027, sendo que esse crescimento pode ser veloz. Foi isso que aconteceu, por exemplo, em 2024, quando a carteira de crédito do banco foi uma das que mais cresceu no mercado (15%).

Em suma, 2025 será um ano de estabilidade, sem grandes movimentos em termos de lucro e de dividendos.

Divulgação Elevation

## EDITAL DE CITAÇÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, no uso de suas atribuições e nos termos do disposto no artigo 172 da Lei 1060 de 22 de dezembro de 2011, pelo presente Edital, CITA o servidor abaixo relacionado, em razão de encontrar-se em local incerto e não sabido, a fim de apresentar defesa escrita no prazo de 20 (vinte) dias, a partir da data da última publicação do Edital, sob pena de revelia. • JORGE ARMANDO PIASSÁ, ex- Assessor de transportes da SEMED, matrícula 15.014/02 – PAD N.º 4554/2024/03 A Comissão Processante encontra-se instalada a sede da Prefeitura Municipal de Queimados, situada Rua: Mario Pati Júnior, nº 164/338 – Fancherem – Queimados/RJ - CEP: 26383-510, sendo-lhes assegurado vista dos autos neste local, em dias úteis, no horário das 10 às 16h.

**CYNTHIA TITONEL BASTOS**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

## SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro nos termos do estatuto da entidade e conforme a legislação vigente, convoca todos seus associados adimplentes para participarem de Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia vinte de março de 2025, às 19:00h em primeira convocação, como quórum estatutário, e às 19:30h em segunda convocação, com qualquer número de presenças, conforme previsto no artigo 8º, III e VI da Constituição Federal e de acordo com os Estatutos das Entidades Sindicais, de forma presencial no auditório da entidade sindical situada na Rua Evaristo da Veiga, 16, 17º andar, Cinelândia, Centro, município do Rio de Janeiro para a votação da seguinte pauta: 1) Apresentação para aprovação ou não do balanço financeiro do sindicato relativo ao ano de 2024; 2) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025. Verginia Dirami Berriel - Diretoria de Administração do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

## RESUMO DO EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL HÍBRIDO (Art. 887, § 3º, do CPC)

**04ª VC da Comarca Regional do Méier/RJ - Rua Aristides Caire, 53, Sl. 215, Méier/RJ Proc. nº 0015429-53.2006.8.19.0208 (2006.208.015071-7) EXEQUENTE: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RIO NEGRO – CNPJ 68.668.516/0001-42 (Adv.: Dr. Rosenberg Tavares De Vasconcellos - OAB/RJ 118.105) JORGE RICARDO LOPES E SILVA – CPF 440.152.597-34 (Adv.: réu revel) Terceiro Interessado: ELIZABETH MARIA SOUZA E SILVA - CPF 596.758.967-87 (cônjuge do executado). Encerramento 1º Leilão: 06/03/2025 - 14h30min – Lance Mínimo: R\$ 140.000,00 Encerramento 2º Leilão: 13/03/2025 - 14h30min - Lance Mínimo: R\$ 70.000,00 Locais do Leilão: Através do Portal [www.brameleiloes.com.br](http://www.brameleiloes.com.br) (pregão eletrônico) e no Auditório de Leilões do Leiloeiro Oficial, sito à Travessa do Paço, nº 23, grupo 1212, Centro/RJ (pregão presencial). BEM: APARTAMENTO 801, DO BLOCO 12, DO EDIFÍCIO SITUADO À ESTRADA ADHEMAR BEBIANO (ANTIGA ESTRADA VELHA DA PAVUNA), Nº 4800, ENGENHO DA RAINHA, RIO DE JANEIRO/RJ, com a fração de 52557/52846320 do terreno que se encontra devidamente dimensionado, caracterizado e registrado sob a matrícula 35.685 do Sexto Serviço Registral de Imóveis da Comarca da Capital/RJ. Inscrição municipal nº 1.569.721-2. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. CONSTAM ÔNUS. Leia o Edital Completo no site do leiloeiro (Art. 887, § 2º, CPC). Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Trav. do Paço, 23, sala 1212, Centro – Rio de Janeiro/RJ - Leandro Dias Branco - Leiloeiro Oficial - JUCERJA 130. Tel. 21-2533-2400 – [www.BRAMELEILOES.com.br](http://www.BRAMELEILOES.com.br)**

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 40ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL AV. ERASMO BRAGA, 115, 304 306 308 B CENTRO - RJ Tel.: (21) 3133-2992 - E-mail: [cap40vciv@tjrj.jus.br](mailto:cap40vciv@tjrj.jus.br)

**EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA, MOVIDA POR OPPORTUNITY FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO em face de COMPANHIA MODERNOS HOTÉIS DO BRASIL, CARLOS ALBERTO TEIXEIRA PEREIRA e ELISABETE GOMES PEREIRA - PROCESSO Nº 0511587-32.2015.8.19.0001, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) ADMARA FALANTE SCHNEIDER – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - COMPANHIA MODERNOS HOTÉIS DO BRASIL, CARLOS ALBERTO TEIXEIRA PEREIRA e ELISABETE GOMES PEREIRA, - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE: O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, [www.alexandroleiloeiro.com.br](http://www.alexandroleiloeiro.com.br), na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do § único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 11/03/2025 às 14:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 60% da avaliação, que será encerrado no dia 13/03/2025 às 14:00h. DO BEM A SER LEILOADO: (Conforme laudo de avaliação Às fls. 2640/2642) Apartamento Nº 2401, Situado Na Av. Rui Barbosa Nº 80 – Flamengo – Rio De Janeiro/Rj. – Com 353m². Imóvel inscrito no 9º RGÍ sob o nº 184796 e no IPTU sob o nº 1844163-4 - CL: 080473. (...) Avalio o imóvel acima descrito em R\$3.150.000,00 (três milhões cento e cinquenta mil reais) que correspondem a 769.888,79 unidades de UFIR, que atualizada na presente data, perfaz o valor de R\$ 3.657.587,66. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, ficando o(s) Executado(s)/ Condôminos(s) (COMPANHIA MODERNOS HOTÉIS DO BRASIL, CARLOS ALBERTO TEIXEIRA PEREIRA, ELISABETE GOMES PEREIRA E BANCO BRADESCO S/A – Credora Fiduciária) / Cientes os interessados que foi reconhecida fraude a Execução da Alienação Fiduciária nos fls. 2958/2959 e 3083/3084) intimado(s) pessoalmente e na pessoa de seu advogado, da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. Edital publicado no dia . CUMPRA-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 2025. Eu, digitei \_\_\_\_\_, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo \_\_\_\_\_. (ass.) ADMARA FALANTE SCHNEIDER – Juiz de Direito.**

**ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.**  
CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4  
Companhia Fechada

### Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a realizar-se no dia 03 de março de 2025, às 08h30, de forma presencial, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé nº 34, 5º ao 12º andar, Bairro Saúde, CEP 20.220-460, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia no valor de até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), a ser restituído aos acionistas da Companhia, em dinheiro, tendo em vista o capital social ser julgado excessivo; e (ii) a autorização para que a administração tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações tomadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

**ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.**  
Anderson Luis De Alvarenga Nascimento – Presidente

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

# UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ/MF nº 02.162.616/0001-94

Relatório do Liquidante Em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Uptick Participações S.A. ("Uptick" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. **1. Perfil Corporativo.** A Uptick é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 8 de setembro de 1997, e que tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, cotista ou consorciada. As ações ordinárias da Uptick são listadas no Mercado de Balcão Organizado da B3, sob o código UPKP3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

**Oferta pública de aquisição de ações da COSERN e alienação do investimento.** Em 13 de março de 2024, o Conselho de Administração da COSERN aprovou o lançamento de oferta pública de aquisição de ações ordinárias ("ON") e de ações preferenciais Classe "A" ("PNA") e Classe "B" ("PNB"), para conversão de registro de emissor Categoria A para Categoria B da COSERN ("OPA de Conversão de Registro" ou "OPA") e foi apresentado o pedido de registro da OPA perante a CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), acompanhado de minuta do Edital da OPA ("Edital"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2024 foi aprovada a adesão à OPA da COSERN. Como consequência, no leilão da OPA realizado em 21 de agosto de 2024, foi alienada a totalidade das ações da COSERN detidas pela Companhia, no montante total de R\$ 129.795. O detalhamento das informações acerca desse assunto está descrito na nota explicativa nº 1. **Dissolução da Companhia – Plano de Liquidação.** Com a alienação do investimento acima mencionada, a Uptick deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre sua continuidade. Desse modo, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 03 de dezembro de 2024, a dissolução da Companhia e início do processo de liquidação, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de dezembro de 2024, foi aprovada a nomeação da empresa Eximia Capital Partners como liquidante da Companhia. O Liquidante elaborou um cronograma para a Dissolução, liquidação e extinção da Companhia composto pelas seguintes etapas: 1ª Etapa: Pagamento de todos os credores. 2ª Etapa: Atos societários para aprovação do roteiro do pagamento do ativo remanescente da Companhia aos sócios. 3ª Etapa: Atos societários para aprovação do relatório do Liquidante e Extinção da Companhia. Estima-se que a Liquidação será encerrada em abril de 2025.

**2. Estrutura Acionária.** A Uptick é controlada por algumas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), as quais exercem o poder de controle de forma indireta, por meio do Ennesa Fundo de Investimento de Ações ("Ennesa FIA"), que detém 99,99% das ações ordinárias e totais de emissão da Companhia. O Ennesa FIA é um fundo de investimento administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e seus cotistas são: (a) FACHESF – Fundação Chef de Assistência e Segurança Social, (b) Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, (c) FUNCASAL – Fundação Casal de Seguridade Social, (d) FAELCE – Fundação Coelce de Seguridade Social e, (e) NEOS Previdência Complementar. **3. Aspectos Econômicos e Financeiros.** Em virtude de sua entrada em liquidação, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC Liquidação – Entidades em liquidação, aprovado pela Resolução CVM nº 28, que estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação, no que tange ao reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos e divulgação e apresentação das demonstrações financeiras exigidas por esse pronunciamento. Com a adoção do supracitado CPC, os demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa) foram excluídos das demonstrações financeiras. A fim de facilitar o acompanhamento anual da Administração da Companhia, sem prejuízo aos requerimentos emanados pelo pronunciamento técnico e resolução CVM descritos acima, optamos por apresentá-los no relatório do Liquidante, conforme abaixo:

**a) Balanço Patrimonial**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.585	2.593
Tributos a recuperar	1.187	919
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	1.152
Tributos diferidos	67	-
<b>Total do circulante</b>	<b>4.839</b>	<b>4.664</b>
<b>Não circulante</b>		
Tributos a recuperar	-	1.388
Investimento em controlada em conjunto	-	89.966
Intangível	-	19.601
<b>Total do não circulante</b>	<b>-</b>	<b>110.955</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.839</b>	<b>115.619</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Tributos e contribuições sociais	20	136
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	1.230
Contas a pagar	23	16
Provisão de gastos do período de liquidação	280	-
Outros	-	5
<b>Total do circulante</b>	<b>323</b>	<b>1.387</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>323</b>	<b>1.387</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	49.646	49.646
Reservas de lucros	15.870	54.505
Dividendo adicional proposto	-	9.419
Outros resultados abrangentes	-	662
(-) Partilha antecipada de ativos	(61.000)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.516</b>	<b>114.232</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>4.839</b>	<b>115.619</b>

**d) Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido**

	Reserva de Lucros	
	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros a Partilhar
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>49.646</b>	<b>9.929</b>
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-
Deliberação de dividendos adicionais	-	-
Ganhos e perdas atuariais líquidos reflexos	-	-
Efeito de hedge de fluxo de caixa reflexo	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro líquido:		
Reserva de lucros a realizar	-	8.852
Juros sobre capital próprio deliberados	-	(1.400)
Dividendos intermediários	-	-
Dividendos propostos	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>49.646</b>	<b>9.929</b>
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-
Baixa do resultado abrangente na reclassificação do investimento	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro líquido:		
Constituição de Reserva de Lucros a Partilhar	-	5.941
Juros sobre capital próprio deliberados	-	(1.584)
Dividendos intermediários	-	(42.992)
(-) Partilha antecipada de ativos	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>49.646</b>	<b>9.929</b>

**- Capital social.** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia, no valor de R\$ 49.646, está representado por 52.437.003 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A participação acionária está assim distribuída:

	Qtde de ações
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.437.002
Outros	1
<b>Total</b>	<b>52.437.003</b>

**- Reservas de lucros. Reserva legal.** Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia na base de 5% do lucro líquido de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2019 a reserva legal, no valor de R\$ 9.929, atingiu o seu limite máximo determinado de 20% do capital social. **Reserva de lucros a realizar.** O resultado da Companhia era composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava nessa reserva um saldo de R\$ 44.576. Em 2024, seu saldo foi totalmente revertido para deliberação de proventos.

**Movimentações - Reserva de lucros a realizar**

	R\$ mil
<b>Saldo de Reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>37.124</b>
Deliberação de JCP como reversão de reserva de lucros em 30/03/2022	(1.400)
Constituição de Reserva de lucros a realizar em 31/12/2022	8.852
<b>Saldo de Reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>44.576</b>
Deliberação de JCP como reversão de reserva de lucros em 28/03/2024	(784)
Deliberação de JCP como reversão de reserva de lucros em 28/06/2024	(800)
Deliberação de dividendos como reversão de reserva de lucros em 30/08/2024	(42.992)
<b>Saldo de Reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>

**Reserva de lucros a partilhar.** Com a deliberação pela dissolução da Companhia, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 03 de dezembro de 2024, e que, dada essa característica jurídico/operacional de liquidação, em que até a sua conclusão não se efetuará provisionamentos de dividendos e/ou reservas, criou-se no patrimônio líquido a rubrica reserva de lucros a partilhar, que se destina a acumular o re-

**b) Demonstração do Resultado do Exercício Operações continuadas**

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de equivalência patrimonial	-	34.165
Despesas administrativas	(3.058)	(827)
Baixa do resultado abrangente na reclassificação do investimento	662	-
Provisão de gastos do período de liquidação	(280)	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>(2.676)</b>	<b>33.338</b>
Receita financeira	2.682	648
Despesa financeira	(297)	(555)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>2.385</b>	<b>93</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(291)</b>	<b>33.431</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(4.444)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	67	-
<b>Lucro líquido de operações continuadas</b>	<b>(4.668)</b>	<b>33.431</b>
<b>Operações descontinuadas</b>		
Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas	44.609	-
<b>Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas</b>	<b>44.609</b>	<b>-</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>39.941</b>	<b>33.431</b>
Quantidade de ações:	52.437.003	52.437.003
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$):	0,76169	0,63755

**- Despesas administrativas.** A variação do saldo das despesas administrativas de 2024, quando comparado ao exercício de 2023, é basicamente atribuída aos gastos com assessores e advogados, que deram suporte à Companhia para a realização da alienação do investimento detido em COSERN ocorrida em 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(2.885)	(643)
Publicações	(12)	(10)
Honorários de conselheiros e encargos	(80)	(86)
Viagens	(4)	(12)
Outras	(77)	(76)
<b>Total</b>	<b>(3.058)</b>	<b>(827)</b>

**- Baixa dos resultados abrangentes reflexos.** Os resultados abrangentes reflexos do investimento reconhecidos no patrimônio líquido até 31 de dezembro de 2023, foram baixados no resultado do exercício de 2024, no montante de R\$ 662, devido a reclassificação do saldo do investimento para o ativo não circulante mantido para venda, nos termos do "CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada". **- Provisão de gastos do período de liquidação.** De acordo com o CPC para Entidades em Liquidação, a entidade em liquidação deve reconhecer como passivo todos os custos e despesas, líquidas de eventuais receitas, que espera incorrer até o final de sua liquidação, desde que haja base razoável para essa estimativa. Em função disso, em dezembro de 2024, a Companhia provisionou R\$ 280 relativo às despesas necessárias ao processo de liquidação, tais como gastos com assessores, auditores externos e demais serviços prestados por terceiros. **- Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas. Alienação do investimento em COSERN – Operações descontinuadas.** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2024 foi aprovada a adesão à OPA da COSERN. Como consequência, no leilão da OPA realizado em 21 de agosto de 2024, foi alienada a totalidade das ações da COSERN detidas pela Companhia, no montante total de R\$ 129.795, conforme demonstrado abaixo:

Ação	Qtde de Ações	PU OPA	Valor Total (R\$ mil)
ON (CSRNL3L)	7.576.650	R\$ 12,98	98.345
PNA (CSRNL5L)	1.156.609	R\$ 14,27	16.505
PNB (CSRNL6L)	1.047.352	R\$ 14,27	14.946
<b>Total</b>	<b>9.780.611</b>		<b>129.795</b>

O ganho de capital da OPA, no montante de R\$ 29.722, foi reconhecido no resultado proveniente de operações descontinuadas do exercício e foi apurado conforme segue: Receita na Alienação do Investimento 129.795; Custo do Investimento (80.472); Custo do Investimento (Ágio) (19.601); **Resultado na alienação do investimento 29.722**. Os proventos recebidos da COSERN, referentes ao resultado do exercício de 2024, foram registrados no resultado do exercício corrente da Companhia, na linha de operações descontinuadas, no montante de R\$ 14.886. Desse modo, em 31 de dezembro de 2024, o lucro líquido das operações descontinuadas é composto conforme abaixo: JCP recebidos 1.738; Dividendos recebidos 13.148; Resultado na alienação do investimento 29.722; **Lucro líquido das operações descontinuadas 44.609**.

**c) Demonstração do Resultado Abrangente**

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	39.941	33.431
Outros resultados abrangentes reflexos:		
Ganho atuarial de plano de benefícios aos funcionários	-	87
Tributos diferidos sobre resultado de plano de benefícios aos funcionários	-	(30)
Ganho (perda) em hedge de fluxo de caixa	-	57
Tributos diferidos sobre resultado de hedge de fluxo de caixa	-	(270)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos - reflexo	-	580
<b>Resultado abrange do exercício</b>	<b>39.941</b>	<b>34.011</b>

(\*) Referem-se aos dividendos adicionais propostos relativos ao resultado do exercício de 2023, que foram ratificados na AGO da Companhia em 29/04/2024.

Deliberações 2023	Ato societário	Tipo de Provento	Valor por ação ON (R\$)	Valor Total (R\$ mil)
27/03/2023	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,026698703	1.400
28/04/2023	Ordinária e Extraordinária	Dividendos adicionais 2022 (*)	0,217808460	11.421
30/06/2023	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,028605753	1.500
22/09/2023	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos intermediários	0,213208218	11.180
28/09/2023	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,023838128	1.250
27/12/2023	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,023456718	1.230
				<b>27.981</b>

(\*) Referem-se aos dividendos adicionais propostos relativos ao resultado do exercício de 2022, que foram ratificados na AGO da Companhia em 28/04/2023. A movimentação do saldo da conta de dividendos e JCP a pagar é composta como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	1.230	-
Declarados do exercício	78.576	16.560
Propostos de exercícios anteriores	9.419	11.421
Pagos no exercício	(89.225)	(26.751)
Saldo em 31 de dezembro	<b>1.230</b>	<b>-</b>

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo ao lucro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	39.941	33.431
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	9.985	8.358
JCP deliberados em RCA	(3.000)	(3.980)
Dividendos intermediários deliberados em RCA	(31.000)	(11.180)
Dividendos adicionais propostos	-	(9.419)
Total de proventos deliberados no exercício	(34.000)	(24.579)
Reserva de lucros	(5.941)	(8.852)
Percentual de proventos distribuído no exercício	<b>85,13%</b>	<b>73,52%</b>

**- Partilha antecipada do ativo.** Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2024, foi aprovada a partilha antecipada de parte do ativo remanescente da Companhia para distribuição aos acionistas, no montante de R\$ 61.000, considerando que (i) não há conhecimento da existência de débitos pendentes da Companhia, e (ii) os recursos financeiros disponíveis na Companhia superam as possíveis obrigações financeiras que a Companhia ainda possa ter até a finalização de seu processo de liquidação. Tal pagamento foi devidamente efetuado em 06 de dezembro de 2024. **e) Demonstração do Fluxo de Caixa – método indireto**

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	39.941	33.431
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício:		
Juros e variações monetárias	(153)	(207)
Resultado da equivalência patrimonial	-	(34.165)
Baixa do resultado abrangente na reclassificação do investimento	(662)	-
<b>Total</b>	<b>39.126</b>	<b>(941)</b>
<b>Aumento (redução) de Ativos e Passivos</b>	<b>1.710</b>	<b>1.876</b>
Tributos a recuperar	1.533	1.865
Tributos pagos	(116)	10
Provisão de gastos do período de liquidação	280	-
Contas a pagar e outros	12	1

**Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais continuadas**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais descontinuadas	(44.609)	-
<b>Caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	<b>(3.773)</b>	<b>-</b>

**Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos**

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos recebidos	22.642	20.890
JCP recebidos	2.630	4.751
Alienação do investimento	129.716	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>	<b>154.988</b>	<b>25.641</b>

**Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos**

	31/12/2024	31/12/2023
Pagamento de dividendos	(83.410)	(22.601)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(5.814)	(4.150)
Partilha antecipada de ativos	(61.000)	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(150.224)</b>	<b>(26.751)</b>

**Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.593	2.768
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.585	2.593

**4. Quadro geral dos credores.** A seguir a relação de credores da Companhia apresentada em reais, na data-base 31 de dezembro de 2024:

**Quadro Geral de Credores em 31 de dezembro de 2024**

	Em Reais
Credores de tributos	19.696
Credores quirografários	22.711
<b>Total a pagar</b>	<b>42.407</b>

**CREDORES DE TRIBUTOS**

Natureza do tributo	Competência	Vencimento	Valor a pagar (Em Reais)
INSS s/ pró-labore a recolher	dez-24	17/01/2025	186
PIS a recolher	dez-24	24/01/2025	1.107
COFINS a recolher	dez-24	24/01/2025	6.813
IRRF sobre serviços tomados a recolher	dez-24	17/01/2025	2.827
CSRF sobre serviços tomados a recolher	dez-24	17/01/2025	8.763
<b>Total a pagar</b>			<b>19.696</b>

**CREDORES QUIROGRAFÁRIOS**

Fornecedores de serviços	Competência	Vencimento	Valor a pagar (Em Reais)
Eximia Capital Partners Ltda	dez-24	10/01/2025	21.586
JCL Publicidade	dez-24	17/01/2025	326
Despachante Paulo Rodrigues	dez-24	03/01/2025	800
<b>Total a pagar</b>			<b></b>

## UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ/MF nº 02.162.616/0001-94

tick aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2020, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais. Até 31 de dezembro de 2023, a participação da Uptick em sua controlada em conjunto COSERN estava avaliada pelo método da equivalência patrimonial, em função da influência significativa exercida em sua investida, seguindo os preceitos do "CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto". Adicionalmente, os proventos recebidos desta participação eram registrados como uma redução do valor do investimento. Em 13 de março de 2024, o Conselho de Administração da COSERN aprovou o lançamento de oferta pública de aquisição de ações ordinárias ("ON") e de ações preferenciais Classe "A" ("PNA") e Classe "B" ("PNB"), para conversão de registro de emissor Categoria A para Categoria B da COSERN ("OPA de Conversão de Registro" ou "OPA") e foi apresentado o pedido de registro da OPA perante a CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), acompanhado de minuta do Edital da OPA ("Edital"). A OPA de Conversão de Registro foi destinada à aquisição de até a totalidade das ações em circulação de emissão da COSERN, que, naquela data, correspondiam a 11.575.837 ações, sendo 8.843.530 ONs, 1.488.125 PNAs e 1.244.182 PNBs, representativas de, aproximadamente, 6,89% do total de ações de emissão da COSERN ("Ações Objeto da OPA"), e foi lançada ao preço de R\$ 13,73 por ON; R\$ 15,10 por PNA e R\$ 15,10 por PNB, a ser pago em moeda corrente nacional aos acionistas que aderirem à OPA de Conversão de Registro, nos três casos deduzido e ajustado (a) pelo valor de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos eventualmente declarados pela COSERN a qualquer momento entre a data base do Laudo de Avaliação e a data do leilão da OPA e (b) por eventuais alterações no capital social da COSERN, como bonificações em ações, agrupamentos ou desdobramentos de ações, realizadas até a data do leilão da OPA ("Preço por Ação"). Em 27 de março de 2024, a Administração da Uptick aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o requerimento, pela Companhia, da convocação da Assembleia Especial, observado o disposto no art. 28 da RTCVM 85/22 com a finalidade de ser realizada nova avaliação. Em 04 de abril de 2024, o Conselho de Administração da COSERN aprovou a convocação de Assembleia Especial de Acionistas titulares de ações em circulação, nos termos do art. 4-A da Lei nº 6.404/76 e do art. 28 da Resolução CVM nº 85/22, para o dia 29 de abril de 2024, na qual foi aprovada a realização de nova avaliação para fins de determinação do valor das ações ON, PNA e PNB de emissão da COSERN ("Assembleia Especial" e "Novo Laudo"), no âmbito da OPA, bem como a contratação do avaliador indicado pela Uptick. Em 28 de maio de 2024, a COSERN divulgou fato relevante com o resultado do Novo Laudo, que apurou o valor justo das ações no âmbito da OPASuperior ao inicialmente proposto, sendo R\$15,33 por ação ON e R\$16,86 por ação PNA e PNB. Em 15 de julho de 2024, a CVM deferiu o pedido de registro da OPA de ações da COSERN, com data do leilão agendada para o dia 21 de agosto de 2024. Diante dos fatos ocorridos e da intenção da Administração da Companhia de efetivar a venda das ações de emissão da COSERN na OPA, o que considerou como altamente aprovável, o saldo do investimento foi reclassificado para o ativo não circulante mantido para venda, nos termos do "CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada". Nesse sentido, o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial até 31 de dezembro de 2023, deduzidos dos dividendos propostos pela COSERN relativos ao resultado do exercício de 2023, totalizando R\$ 80.472, foi reclassificado para o ativo não circulante mantido para venda, em conjunto com o respectivo ágio adquirido por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), gerado no momento da aquisição das ações da COSERN, no montante de R\$ 19.601. Com a adoção do CPC 31, os proventos recebidos da COSERN, referentes ao resultado do exercício de 2024, estão sendo registrados no resultado do exercício corrente da Companhia, na linha de operações descontinuadas. Os resultados abrangentes reflexos do investimento reconhecidos no patrimônio líquido até 31 de dezembro de 2023, foram baixados no resultado do período findo em 31 de março de 2024, no montante de R\$ 662. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2024 foi aprovada a adesão à OPA da COSERN. Como consequência, no leilão da OPA realizado em 21 de agosto de 2024, foi alienada a totalidade das ações da COSERN detidas pela Companhia, no montante total de R\$ 129.795. **Dissolução da Companhia – Plano de Liquidação.** Com a alienação do investimento acima mencionada, a Uptick deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre sua continuidade. Desse modo, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 03 de dezembro de 2024, a dissolução da Companhia e início do processo de liquidação, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de dezembro de 2024, foi aprovada a nomeação da empresa Eximia Capital Partners como liquidante da Companhia. O Liquidante elaborou um cronograma para a Dissolução, liquidação e extinção da Companhia composto pelas seguintes etapas: 1ª Etapa: Pagamento de todos os credores. 2ª Etapa: Atos societários para aprovação do roteio do pagamento do ativo remanescente da Companhia aos sócios. 3ª Etapa: Atos societários para aprovação do relatório do Liquidante e Extinção da Companhia. Estima-se que a Liquidação será encerrada em abril de 2025. **2. Apresentação das demonstrações financeiras. 2.1. Base de apresentação.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para Entidades em Liquidação aplicável a empresas em liquidação, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC Entidades em Liquidação, devem ser distintas das Companhias em continuidade, pois possuem características e necessidades especiais para a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o valor de liquidação, os ativos estão mensurados pelos valores esperados de realização e os passivos estão mensurados pelos valores formal e legalmente devidos. A apresentação das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2025. **2.2. Base de mensuração.** Considerando que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. De acordo com o CPC para entidades em Liquidação, a entidade em liquidação deve reconhecer como passivo todos os custos e despesas, liquidadas de eventu-

ais receitas, que espera incorrer até o final de sua Liquidação, desde que haja base razoável para essa estimativa. Em função disso, em dezembro de 2024, a Companhia provisionou R\$ 280 relativo às despesas necessárias ao processo de liquidação, tais como gastos com assessores, auditores externos e demais serviços prestados por terceiros. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"), e, também, a moeda de apresentação. **2.4. Demonstração do valor adicionado.** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional. **2.5. Demonstrações contábeis.** A Companhia elaborou as demonstrações dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa, nos termos do pronunciamento técnico CPC para Entidades em Liquidação, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3. Sumário das políticas contábeis.** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Instrumentos financeiros.** - Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. O principal ativo financeiro que a Companhia possui é o caixa e equivalentes de caixa. - Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros relevantes. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado e liquidez imediata. Estão demonstrados pelo seu valor de liquidação. **3.3. Tributos a recuperar.** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **3.4. Outros ativos circulares.** São demonstrados pelos valores de liquidação, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização. **3.5. Passivos circulares.** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **3.6. Imposto de renda e contribuição social.** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 ano ou R\$ 20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. **3.7. Estimativas contábeis.** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente. **3.8. Análise do valor de recuperação dos ativos.** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios de 2024 e 2023, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **3.9. Novas normas e interpretações.** Novas normas e interpretações contábeis foram emitidas pelo IASB, porém ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Entretanto, não é esperado que a adoção dessas normas tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, devido ao seu processo de liquidação e, consequente, adesão ao CPC Entidades em Liquidação.

Natureza	31/12/2024		03/12/2024		30/11/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	3.585	3.585	65.010	65.010	65.010	65.010	2.593	2.593
Dividendos e JCP a receber	-	-	-	-	-	-	1.152	1.152
Dividendos e JCP a pagar	-	-	-	-	-	-	1.230	1.230
Contas a pagar serviços tomados	23	23	27	27	27	27	16	16

**9.2. Risco de crédito.** A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. **9.3. Risco de fraude.** A Companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional. **9.4. Risco de taxa de juros.** O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos indexados à média do CDI ou à Taxa Selic. **10. Transações com partes relacionadas e remuneração dos administradores.** A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) FACHESF - Fundação Chef de Assistência e Seguridade Social, (b) Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, (c) FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, (d) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social e, (e) NEOS Previdência Complementar. Foram considerados como

	31/12/2024	03/12/2024	30/11/2024	31/12/2023
Disponibilidades	5	1	1	-
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de depósito bancário	3.580	65.009	65.009	2.593
	<b>3.585</b>	<b>65.010</b>	<b>65.010</b>	<b>2.593</b>

Os recursos da Companhia estão aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos pelo Banco Bradesco S.A. e pelo BTG Pactual S.A., ambos com rentabilidade de 100% do CDI e liquidez imediata. Conforme detalhado na nota explicativa nº 8, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2024, foi aprovada a partilha antecipada de parte do ativo remanescente da Companhia para distribuição aos acionistas, relativo ao saldo de aplicações financeiras em moeda nacional no montante de R\$ 61.000. Tal pagamento foi integralmente efetuado em 06 de dezembro de 2024. **5. Imposto de renda e contribuição social. 5.1. Tributos a recuperar.**

	31/12/2024	03/12/2024	30/11/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda	1.183	899	899	917
Contribuição social	4	6	2	2
	<b>1.187</b>	<b>905</b>	<b>901</b>	<b>919</b>
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda	-	-	4	1.386
Contribuição social	-	-	-	2
	-	-	<b>4</b>	<b>1.388</b>

Refere-se ao imposto de renda retido na fonte incidente no resgate de aplicações financeiras e às antecipações de imposto de renda e contribuição social. A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social paga maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. **5.2. Tributos diferidos.** O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos sobre provisão de gastos do período de liquidação, conforme detalhado na nota explicativa nº 7, no montante de R\$ 67.

	31/12/2024	03/12/2024	30/11/2024	31/12/2023
<b>6. Tributos a recolher</b>				
IRPJ a recolher	-	78	78	-
CSLL a recolher	-	29	29	-
IRRF sobre serviços tomados	3	-	-	2
CSRF sobre serviços tomados	9	1	1	5
PIS a recolher	1	4	4	23
COFINS a recolher	7	21	21	104
Outros tributos a pagar	-	2	2	2
	<b>20</b>	<b>135</b>	<b>135</b>	<b>136</b>

**7. Provisão de gastos do período de liquidação.** De acordo com o CPC para Entidades em Liquidação, a entidade em liquidação deve reconhecer como passivo todos os custos e despesas, liquidadas de eventuais receitas, que espera incorrer até o final de sua liquidação, desde que haja base razoável para essa estimativa. Em função disso, em dezembro de 2024, a Companhia provisionou R\$ 280 relativo às despesas necessárias ao processo de liquidação, tais como gastos com assessores, auditores externos e demais serviços prestados por terceiros. **8. Partilha antecipada do ativo.** Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2024, foi aprovada a partilha antecipada de parte do ativo remanescente da Companhia para distribuição aos acionistas, no montante de R\$ 61.000, considerando que (i) não há conhecimento da existência de débitos pendentes da Companhia, e (ii) os recursos financeiros disponíveis na Companhia superam as possíveis obrigações financeiras que a Companhia ainda possa ter até a finalização de seu processo de liquidação. Tal pagamento foi devidamente efetuado em 06 de dezembro de 2024. **9. Instrumentos financeiros.** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco. **9.1. Ativos e passivos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa e fornecedores. Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	31/12/2024		03/12/2024		30/11/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	3.585	3.585	65.010	65.010	65.010	65.010	2.593	2.593
Dividendos e JCP a receber	-	-	-	-	-	-	1.152	1.152
Dividendos e JCP a pagar	-	-	-	-	-	-	1.230	1.230
Contas a pagar serviços tomados	23	23	27	27	27	27	16	16

partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exercam influências significativas sobre a Companhia. Conforme deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de maio de 2023, cada membro da diretoria da Companhia fez jus à remuneração mensal de R\$ 6. Contudo, dois membros da diretoria apresentaram carta de renúncia à referida remuneração, portanto, apenas um membro é remunerado. Diante disso, o total pago em 2024 foi R\$ 67 (R\$ 72 em 2023). **11. Eventos subsequentes. Restituição de créditos fiscais.** Em 21 de janeiro de 2025, a Companhia recebeu restituição de créditos fiscais da Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 890.

Eximia Capital Partners	
Liquidante Nomeado da Companhia	
<b>Fábio Freitas Thomaz Pereira</b> - Contador – CRC RJ 081603/O-0	

Declaração do Liquidante sobre o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício de 2024	
Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025. Pela presente, em atenção ao disposto no art. 27, inciso V da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, na qualidade de Liquidante da Uptick Participações S.A. – Em Liquidação ("Companhia"), revisei, discuti e concordo com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.	
Atenciosamente, Eximia Capital Partners - Liquidante Nomeado da Companhia.	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	
executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.</b> O Liquidante da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório do Liquidante. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório do Liquidante e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório do Liquidante e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório do Liquidante somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito. <b>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras.</b> O Liquidante é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades em liquidação (CPC-Liquidação) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, o Liquidante da Companhia levou em consideração a decisão da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 03 de dezembro de 2024, que determina a liquidação da Companhia e, dessa forma, proceder aos registros contábeis aplicáveis às circunstâncias. O Liquidante da Companhia é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais; ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Liquidante; ■ Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Liquidante, da base contábil de liquidação da Companhia e, com base na decisão dos acionistas em AGE de 03 de dezembro de 2024. Sendo assim estamos inserindo parágrafo de descontinuidade operacional, chamando a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório; ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com o Liquidante a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com o Liquidante, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que o item ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.	

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

**BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/F**  
**Cristiano Mendes de Oliveira** - Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

**Declaração do Liquidante sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício de 2024**  
Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025. Pela presente, em atenção ao disposto no art. 27, inciso VI da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, na qualidade de Liquidante da Uptick Participações S.A. – Em Liquidação ("Companhia"), revisei, discuti e concordo com as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.  
Atenciosamente, Eximia Capital Partners - Liquidante Nomeado da Companhia.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**  
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Uptick Participações S.A. – Em Liquidação.** Rio de Janeiro – RJ. **Opinião sobre as demonstrações financeiras.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Uptick Participações S.A. – Em Liquidação ("Companhia")**, que compreendem as demonstrações do ativo líquido de abertura em 31 de dezembro de 2024, e as mutações dos ativos líquidos para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Uptick Participações S.A. – Em Liquidação**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades em liquidação. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor fora da auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase. Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia.** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, as demonstrações financeiras, a Administração da Companhia decidiu pelo processo de liquidação e encerramento de suas operações, nos termos do artigo 206, I, C, da Lei nº 6.404/76, aprovada por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 03 de dezembro de 2024. Adicionalmente, a Companhia possui créditos fiscais a serem restituídos pela Receita Federal do Brasil (RFB) mencionado na Nota Explicativa nº 5.1. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função desse assunto. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia" determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Realização dos impostos a recuperar – Imposto de Renda e Contribuição Social.** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5.1, as demonstrações financeiras, a Companhia possui tributos compensáveis que são compostos, principalmente, por Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$ 1.388 mil. A Companhia envia regularmente à Receita Federal do Brasil (RFB) requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagas a maior e não utilizadas para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2024, o montante pleiteado corresponde a R\$ 1.388 mil. Por ser o maior ativo da Companhia, bem como pelo julgamento da Administração acerca da realização desses créditos, consideramos este item como um principal assunto de auditoria. **Adoção inicial do CPC Liquidação – Entidades em liquidação.** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras, a Companhia adotou o referido pronunciamento técnico, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Resolução CVM nº 28, onde estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação, no que tange ao reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos e divulgação e apresentação das demonstrações financeiras exigidas por esse pronunciamento. Devido a relevância do assunto, no que tange a forma de reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos no pressuposto da liquidação, dos critérios de divulgação exigidos, principalmente no que diz respeito ao plano de liquidação e seu atual estágio, e na forma de apresentação das demonstrações financeiras exigidas, consideramos este item como um principal assunto de auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto.** Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos-chave relacionados a esses créditos tributários. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, testes sobre o confronto entre obrigação acessória que formaliza o crédito para autoridade tributária e o controle gerencial que suporta o número contábil, realizamos a atualização monetária do respectivo ativo com a taxa Selic. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a recuperação e divulgação dos referidos créditos tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Resposta da auditoria sobre o assunto.** Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos-chave relacionados a adoção do referido pronunciamento. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, testes sobre a adequação do critério de reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos, revisão da preparação das demonstrações financeiras exigidas. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades em liquidação. Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e procedimentos contábeis específicos para entidades em liquidação, descritos no pronunciamento técnico CPC Liquidação – Entidades em liquidação e na resolução CVM nº 28, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA).** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria

# Assine o jornal

# Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



# Analistas estimam receita líquida de R\$ 2,4 bi da Caixa no 4º trimestre

## Resultados serão divulgados nesta terça-feira

A Caixa Econômica divulga os resultados do 4º trimestre nesta terça-feira, após o fechamento do mercado. Analistas estimam um crescimento da receita líquida do banco público de 7,1% ano a ano, totalizando R\$ 2,4 bilhões no 4º trimestre (2024 deve alcançar R\$ 9,5 bilhões, +6,6% em relação a 2023). Em novembro passado, o banco reportou os resultados do 3º trimestre de 2024. O lucro recorrente foi de R\$ 9,4 bilhões entre 9M24/9M23, sendo R\$ 3,3 bilhões no 3T2024.

No 3T24 foram concedidos R\$ 163,4 bilhões em crédito total, aumento de 12,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior e 2,7% em comparação com o 2T24. No acumulado do 9M24, foram R\$ 465,5 bilhões concedidos, aumento de 15,3% na comparação com o 9M23.

O índice de inadimplência da carteira de crédito

total encerrou setembro de 2024 em 2,27%, redução de 0,40 p.p. em relação a setembro de 2023 e aumento de 0,07 p.p. quando comparado a junho de 2024. A cobertura da provisão finalizou o trimestre em 180,3%, crescimento de 2,8 p.p. em comparação a setembro de 2023 e redução de 15,1 p.p. em relação a junho de 2024.

O banco é líder de mercado no segmento imobiliário, com 67,5% de *market share* em financiamentos imobiliários totais, além de , além de ser o principal operador do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Na semana passada, a Caixa participou de um evento no Rio de Janeiro de construção civil. Durante o painel 'Perspectivas de crédito imobiliário para 2025', o superintendente nacional de Habitação Pessoa Jurídica da Caixa, Raul de Oliveira Gomes, apresentou as

expectativas do banco para o setor imobiliário:

“Em 2023 e 2024, a Caixa realizou a maior contratação da série histórica e, em 2025, nós queremos continuar com o compromisso de aquecer o mercado e cumprir o papel do banco no setor imobiliário. O mercado da construção civil vive um momento muito especial. Um momento de retomada. É um cenário de expansão forte, que traz, ao mesmo tempo, oportunidades e desafios”, destacou Gomes.

Em 2024, a Caixa concedeu, até novembro, cerca de R\$ 208 bilhões em crédito imobiliário com recursos do SBPE e do FGTS, além do Recursos Livres, o que representa um crescimento de 23,9% em comparação com o mesmo período de 2023. Este valor corresponde a mais de 745 mil contratos, que beneficiaram 2,98 milhões de brasileiros.

O banco oferece tam-

bém uma linha de crédito exclusiva no mercado para apoio à produção, disponível para empresas da construção civil de todos os portes. À medida que o cronograma de obras é executado, é possível financiar a compra de unidades para as pessoas físicas. Os recursos do financiamento são liberados diretamente à construtora, conforme cronograma de execução da obra.

Para construtoras, empreendedores individuais e incorporadoras que financiam seus empreendimentos com recursos próprios ou de terceiros, o banco oferece um fluxo simplificado na concessão de financiamento às pessoas físicas das unidades concluídas vinculadas aos empreendimentos, permitindo avaliação em grupo das unidades, garantindo a padronização e montagem de pasta única dos documentos do vendedor.

## Basf apostou em alternativas de crédito em 2024

A Basf Soluções para Agricultura (empresa química de origem alemã) está ampliando a oferta de opções para o financiamento da produção agrícola. Em 2024, de todo o montante das vendas realizadas no Brasil, 43% dos negócios fechados foram através de operações financeiras que são alternativas de crédito, como o barter (operação de crédito no agronegócio que consiste na troca de produtos rurais por insumos agrícolas). e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). O grupo atua em seis segmentos: Produtos Químicos, Materiais, Soluções Industriais, Tecnologias de Superfície, Nutrição & Cuidados e Soluções Agrícolas.

Em janeiro de 2025, a empresa concluiu a captação de R\$ 800 milhões de um fundo por meio do FIDC Opea Agro Insumos, lançado em 2022 e gerido pela Opea (plataforma que facilita a oferta de crédito por meio do mercado de capitais no Brasil), que também atua como agente de cobrança. Foi a terceira emissão de um FIDC pela Basf, com o objetivo de impulsionar a venda de insumos agrícolas para seus clientes.

Comparado ao período anterior, o fundo cresceu 55% no segundo ano e

atingiu um crescimento expressivo de 93% no terceiro ano. Os recursos captados são utilizados na compra de insumos agrícolas por parte dos clientes da Basf, que incluem distribuidores, revendas, cooperativas e produtores rurais. Na operação, a Basf cede seus recebíveis referente a venda de insumos agrícolas a prazo safra, ou seja, com pagamento após a colheita, com o objetivo de ampliar esse tipo de crédito aos clientes.

Modalidades de crédito como o barter (troca), o FIDC e o Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro) vêm ganhando cada vez mais destaque. Essas ferramentas, conforme destaca Marcelo Batistela, vice-presidente da Basf Soluções para Agricultura no Brasil, são essenciais para o desenvolvimento do agronegócio. “A Basf quer ser a melhor parceira dos agricultores nessa cadeia. Além de oferecer tecnologias para proteção de cultivos, sementes, biotecnologia e agricultura digital, queremos melhorar e facilitar a experiência dos nossos clientes em fechar negócios”, destaca.

### Opções

Além dos fundos de crédito, a empresa destaca as opções de barter de insu-

mos, que é uma operação de troca já consolidada no setor. “Em 2021, a Basf foi a primeira empresa no Brasil a realizar o barter com emissões de créditos de descarbonização (CBIOs). Neste formato, a troca tem o objetivo de fomentar a descarbonização e estimular a sustentabilidade ambiental na indústria brasileira com base na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovBio)”, informou a empresa.

“Com essa inovação, aliada com compromissos ambientais da BASF, apoiamos a redução de pegada de carbono em todo o país e fortalecemos o legado da agricultura brasileira com mais sustentabilidade e conveniência aos nossos parceiros”, afirma José Roberto Louzado Jr, gerente de Operações de Commodities Estruturadas e Gestão de risco da Basf Soluções para Agricultura.

Outra modalidade de barter que a Basf consolidou no último ano foi a operação realizada com créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A opção tem como objetivo viabilizar o crédito excedente, que não seria acessado, em forma de troca de insumos. Após avaliar os créditos do cliente e os próprios débitos, a Basf propõe o barter com as suas soluções, crian-

do mais conveniência ao agricultor.

“Buscamos entender as necessidades dos nossos parceiros para viabilizar alternativas que agreguem valor a nossa oferta de produtos e serviços. Nós desenvolvemos essas operações e cuidamos de todo o processo para proporcionar mais facilidade e agilidade na experiência dos nossos clientes”, completa Jr.

A Basf investiu €900 milhões em 2023 em uma estrutura de P&D. Nossas soluções são desenvolvidas para os diversos sistemas produtivos. “Conectamos sementes e biotecnologias, soluções de proteção de cultivos e ferramentas digitais com o objetivo de contribuir com agricultores e outros elos da cadeia produtiva, para que tenham os melhores resultados. fazemos tudo o que está ao nosso alcance para construir um futuro sustentável na agricultura. Em 2023 nossa área gerou vendas de 10.1 bilhões de euros”, disse a empresa.

O grupo BASF tem 112 mil colaboradores. Gerou vendas de 68,9 bilhões de euros em 2023. As ações da BASF são negociadas na bolsa de valores de Frankfurt (BAS) e como American Depositary Receipts (BASFY) nos Estados Unidos. [www.basf.com](http://www.basf.com)

## Regras para ofertas de títulos de renda fixa sustentáveis começam em março

As regras e procedimentos para a estruturação de ofertas de títulos de renda fixa sustentáveis foram incluídas no Código de Ofertas Públicas da Anbima e passam a valer em 24 de março. A Associação recebeu sugestões de aprimoramento às normas propostas na audiência pública realizada entre novembro e dezembro do ano passado. A iniciativa faz parte da agenda de Desenvolvimento de Mercado do Anbima em Ação, um conjunto de iniciativas que elegemos como prioritárias para o biênio 2025-2026.

As instituições poderão usar agora um disclaimer nos materiais da oferta para facilitar a identificação de que o papel segue os critérios estabelecidos: “Esta oferta pública foi estruturada seguindo as Regras e Procedimentos de Ofertas de Títulos Sustentáveis estabelecidos pela Anbima”, confirma a instituição.

“O mercado de finanças sustentáveis ganha cada vez mais relevância e é imprescindível termos um arcabouço institucional que viabilize um ambiente de negócios mais sólido e transparente, de acordo com as melhores práticas internacionais”, afirma Cacá Takahashi, diretor da Anbima e coordenador da Rede Anbima de Sustentabilidade.

As diretrizes já constavam no Guia para Ofertas de Títulos Sustentáveis lançado em 2022, que foi chancelado pela ICMA (Associação Internacional do Mercado de Capitais), reconhecendo o alinhamento do documento educativo às orientações da entidade e o avanço sobre diversos aspectos. O guia, no entanto, não faz parte das regras de autorregulação, logo o cumprimento dos critérios sugeridos não era monitorado. A partir da inclusão do tema no Código de Ofertas Públicas, haverá a supervisão das regras estabelecidas no documento.

Os critérios estabelecidos levam em conta o tipo de título sustentável, observando se os compromissos

assumidos estão atrelados à destinação dos recursos captados no âmbito da oferta, vinculados a metas de sustentabilidade para o projeto ou ambos.

Um dos pontos detalhados é o padrão de conteúdo nos documentos referentes à oferta, que devem contar com a descrição dos projetos que serão financiados pelo título, além de características gerais da oferta e dados sobre fatores de risco e remuneração, por exemplo.

A operação também deverá contar com um PSO (Parecer de Segunda Opinião) emitido por uma entidade independente que vai avaliar se a oferta está alinhada com os critérios de sustentabilidade. Também incluímos normas para a divulgação das informações aos investidores. Uma das indicações é que o emissor deverá fazer um reporte periódico sobre o uso dos recursos e/ou cumprimento das metas de sustentabilidade em um documento destinado especificamente para títulos sustentáveis.

“É um grande avanço para o mercado ter parâmetros claros e objetivos para ofertas que possuem um caráter diferente das demais. Ao normatizar as instituições brasileiras sobre como classificar essas emissões, a autorregulação contribui para o crescimento sustentável das negociações de títulos verdes no país”, avalia Guilherme Maranhão, presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima.

O código também trouxe atualizações no capítulo de securitização e mais clareza na forma de apresentação da remuneração recebida pelos coordenadores, atendendo aos requisitos dispostos na Resolução CVM 179. Os demonstrativos de custo de distribuição sempre fizeram parte dos padrões de diligência impostos às instituições participantes, mas agora há um roteiro de discriminação de cada custo, comissão, despesa e semelhantes no âmbito de uma oferta pública.

Estado do Rio de Janeiro  
Poder Judiciário / Tribunal de Justiça  
Comarca da Capital / Cartório da 11ª Vara Cível  
Av. Erasmo Braga 115, 2º andar - Salas 220, 222, 224 B -  
CEP: 20210-970, Centro /RJ.  
Tel. 3133-2458 - e-mail: [cap11vciv@tjrj.jus.br](mailto:cap11vciv@tjrj.jus.br)  
EDITAL de 1º e 2º PÚBLICO LEILÃO ELETRÔNICO, e INTIMAÇÃO, com prazo de 05 (cinco) dias, (ART. 879 - II: 882 - §1º, 2º CPC e RESOLUÇÃO CNJ nº 236, Art. 10 - Único), extraído dos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por BANCO INTERUNION S/A em face de JADIR CLOVIS MALHEIROS e RICARDO JOSÉ TABEL SALIM - Processo nº. 00038345-04.1998.19.0001, passado na forma abaixo: A DRA. LINDALVA SOARES SILVA - Juíza de Direito Titular da Vara acima, FAZ SABER aos que o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a **JADIR CLOVIS MALHEIROS e RICARDO JOSÉ TABEL SALIM, na forma do Art. 889, e Incisos do CPC**, de que no dia **21/02/2025** a partir das 13:00 horas, com término às 13:20 horas, será aberto o **1º Público Leilão**, através da **Plataforma de Leilões On-line - [www.gustavoleiloeiro.leil.br](http://www.gustavoleiloeiro.leil.br)**, pelo Leiloeiro Público GUSTAVO PORTELLA LOURENÇO, devidamente credenciado no TJ-RJ, será apreçoado e vendido a quem mais der acima da avaliação, ou no dia **26/02/2025**, no mesmo horário e local, o **2º Público Leilão** a partir de 50% do valor da avaliação, que estará aberto na forma on-line, o imóvel constituído pela **CASA 38 DO CONDOMÍNIO PIER 88, SITUADA NA RODOVIA RIO-SANTOS KM 88, CAMORIM PEQUENO, ANGRA DOS REIS/RJ. Avaliação de R\$ 943.000,00 (Novecentos e quarenta e três mil reais)**. O edital na íntegra, encontra-se nos autos e publicado no site [www.gustavoleiloeiro.leil.br](http://www.gustavoleiloeiro.leil.br). Rio de Janeiro, 29/01/2025. Eu, Vanessa Morais De Lima Rossi - Chefe da Serventia - mat. 01-30064, o fiz datilografar e subscrevo.